

O FENÔMENO DO CONTRATO TEMPORÁRIO E SUAS REPERCUSSÕES NO TRABALHO DOCENTE

Jussara Cordeiro Limeira

RESUMO: O propósito desse texto, é refletir sobre o processo de contratações temporárias e suas repercussões no trabalho docente. Partimos do pressuposto do trabalho numa perspectiva ontológica e categorizado como fenômeno que deve ser analisado em relação dialética com o trabalho social e do trabalho docente que age na relação entre os sujeitos e nas relações histórico-concretas, onde o ser social concreto só pode desenvolver o trabalho se desenvolver a práxis educacional. Nesse sentido, o texto apresenta reflexões iniciais que estão relacionadas a uma pesquisa em andamento intitulada “O desenvolvimento da profissionalidade do professor da educação básica em contratações temporárias sucessivas”.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No início desse trabalho comemora-se trinta anos de criação do sistema de previdência pública no Brasil¹ em contradição que no mesmo período discute-se e aprova-se a reforma² que pode vir a destruir o sistema de previdência pública desses assegurados.

Nesse processo de descaracterização das legislações sociais do trabalho, a reforma da previdência, apresenta a liberação da terceirização em decreto, quebrando importante fundamento da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

Os trabalhadores na atualidade são classificados em estáveis, terceirizados, temporários, desempregados, subempregados entre outras metamorfoses no mundo do trabalho. Em pesquisa publicada pelo INEP, Fleuri (2015) informa que a situação funcional de mais de dois terços 68% dos sujeitos docentes entrevistados é de contratação temporária, demonstrando atualmente as condições de trabalho dos professores.

E os professores que são categorizados como temporários como se apresentam? São tidos boias frias da educação. A situação de perpetuação de empregabilidade docente temporária ocorre em benefício dos patrões e governos, para economia dos custos da força de trabalho, potencializando os lucros e a rentabilidade, deixando de ter caráter excepcional para se tornar rotina.

¹ A Constituição de 1988 estabelece um conjunto de ações na Saúde e Assistência, denominado Seguridade Social - Aguiar (2007).

² Emenda Constitucional promulgada em 13/11/2019.

Assim sendo, faz-se necessário estudar a docência sob o ângulo da análise do trabalho, o qual faremos pelo modelo teórico do trabalho segundo Marx o qual o processo do trabalho transforma dialeticamente não apenas o objeto, mas igualmente o trabalhador numa práxis fundamental com as suas condições de trabalho. Concebido também por Frigoto (2012 p. 21), nas dimensões sociais estéticas, culturais, artísticas, de lazer e munido de liberdade.

RELAÇÕES DE TRABALHO NA ATUALIDADE

O ingresso dos professores e demais servidores públicos na carreira pública se dá pelo instituto do concurso público conforme prevê o Art.37, Inciso II, da Constituição Federal de 1988. Neste mesmo artigo, o Inciso IX, é regulamentada a contratação temporária.

Na organização de nossa investigação, observamos as múltiplas determinações envolvidas na temática da contratação temporária atentas, ao que informa França (2018, p. 33) que a temporalidade vem sendo um aspecto que pouco a pouco vai ocupando espaço nas discussões sobre a carreira docente no Brasil.

Na compreensão das condições históricas da sociedade brasileira, até os dias atuais a constituição dos trabalhadores passa pela lógica destrutiva das leis e conquistas do trabalho. Os professores como classe trabalhadora, também refletem as condições de trabalho da atualidade, tendo o tempo de trabalho fragmentado aos que estão sob o vínculo temporário.

Os professores em condição temporária, tem sua contratação inicial, para sanar dificuldades eventuais de outros docentes. No entanto, essa vinculação vai se estendendo por tempo indeterminado demonstrando uma distorção no sistema de ensino, pois expressa a precarização do vínculo de trabalho para esses profissionais.

Destaca Vicentini e Lugli (2009, p. 69), sobre a história da profissão docente no Brasil, que “os cargos de professores sempre foram moeda de troca valiosa entre os políticos e suas comunidades de origem” e ocorriam em função de relações familiares, de amizade ou simpatia política. Nesse contexto, informam as autoras, que o início dessa forma de contratação sem estabilidade no Brasil, ocorre durante as Reformas Pombalinas em Portugal com conseqüente realização em suas colônias, de 1660 a 1772, pela falta de interesse dos portugueses de se deslocarem

para a colônia e com a inexistência de docentes habilitados no Brasil, o que resultou na atribuição de aulas a professores substitutos brasileiros, que já eram a maioria no século XVIII.

Entre as mudanças de séculos, o permanente vínculo empregatício temporário intensificou-se pelas estratégias de flexibilização do trabalho como nos informam os autores Marques (2006) e Ferreira (2016), e também pelas alterações dos processos de produção e a reforma de Estado pós processo de reestruturação produtiva.

Esses docentes vão se constituindo como sujeito histórico que está em processo de perdas da sua memória histórica, pensando constantemente no presente sem perspectiva de futuro. É um trabalhador cognitivo, porém escravo pós-moderno, tendo alguns docentes “celularizados”³, isso quer dizer, mantém uma perpetua conectividade devido a condição precarizada e requer estar a disposição quando houver necessidade. Como consequência dessa expropriação do tempo dos trabalhadores ocorre um dos frutos imediatos que é a expropriação da dignidade humana.

Para além disso, ocorre o avanço, a deformação, a exploração do trabalho como menciona Antunes (2020), numa proliferação da superexploração, generalização da terceirização em todas as esferas laborativas, informalidade e intermitência.

Vivemos num panorama social, político, econômico e cultural de características universais do capitalismo globalizado e desigual. No âmbito do trabalho, refletindo o distanciamento das lutas marcadas entre os anos de 1960 e 1970, nas quais os trabalhadores lutavam pelo controle social da produção, como afirma Antunes (2011, p. 168) que a este processo, verifica-se uma crescente subproletarização do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos num momento histórico propício para refletir e criticar as relações de trabalho, sendo a ampliação da contratação temporária uma das modalidades a

³ Termo utilizado por Cantor p.51 – (Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV).

serem discutidas e analisadas na carreira docente como um movimento de ação destrutiva contra a força humana de trabalho, gerando a precarização do trabalho produtivo e o desemprego.

REFERÊNCIAS

Aguiar, João Paulo de Vasconcelos. História da previdência no Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/historia-da-previdencia-no-brasil/#toggle-id-1>. Acesso em: 10 set. 2020 às 17:24.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho. 15 ed., São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil - Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida.** In Renán VegaCantor. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2019

_____. **Coronavírus- O trabalho sob fogo cruzado.** 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2020.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do professor da educação básica.** Brasília: INEP, 2018. (Série documental - Relatos de pesquisa 41).

FLEURI, Reinaldo Matias. **Perfil profissional docente no Brasil: metodologias e categorias de pesquisas.** Brasília: INEP, 2015. (Série documental - Relatos de pesquisa 40).

FRANÇA, Frederico Guilherme Campos de. **Os sentidos do trabalho segundo os professores de geografia da rede pública do Distrito Federal: como se constituem na temporalidade da carreira.** 2018. 150 f., Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília-UnB.

FRIGOTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M.; NOSELLA.; GOMEZ, C. M. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, José Maria. **A figura do professor com contrato temporário: um estudo de caso no Liceu do Conjunto Ceará.** Dissertação para mestrado. Fortaleza: 2006.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo: Cortez, 2009.